
Forno de Minas Alimentos S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2021 e relatório do
auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Forno de Minas Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Forno de Minas Alimentos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Forno de Minas Alimentos S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Forno de Minas Alimentos S.A. e da Forno de Minas Alimentos S.A. e sua controlada em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Forno de Minas Alimentos S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas



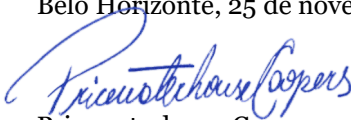
Forno de Minas Alimentos S.A.

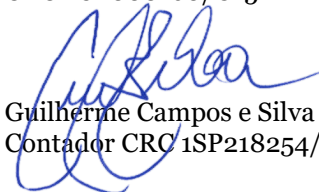
representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Forno de Minas Alimentos S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4a	11.146	1.097	11.430	1.424
Títulos e valores mobiliários	4b	-	30.331	-	30.331
Contas a receber de clientes	5	74.129	60.626	73.496	59.470
Estoques	6	68.076	50.908	68.499	51.904
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	7.519	-	7.519
Impostos a recuperar		13.867	7.957	13.867	7.957
Adiantamento a terceiros		3.177	3.357	3.177	3.357
Outras contas a receber		1.681	903	1.773	1.042
Total do ativo circulante		172.076	162.698	172.242	163.004
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	4b	-	18.397	-	18.397
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	13.568	-	13.568
Impostos a recuperar		868	868	868	868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	26.811	21.147	26.811	21.147
Depósitos judiciais	13	86.160	74.385	86.160	74.385
Valores a receber de partes relacionadas		-	380	-	380
Outras contas a receber		-	183	-	183
		113.839	128.928	113.839	128.928
Investimentos	7	4.425	623	4.362	345
Imobilizado	8	112.519	115.212	112.587	115.345
Intangível	9	12.159	12.180	12.159	12.180
Total do ativo não circulante		242.942	256.943	242.947	256.798
Total do ativo		415.018	419.641	415.189	419.802

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Balço patrimonial em 30 de junho Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	10	39.055	27.927	39.161	28.058
Empréstimos e financiamentos	11	40.801	83.881	40.801	83.881
Obrigações tributárias	12	10.443	8.618	10.508	8.648
Obrigações sociais		16.330	18.635	16.330	18.635
Outras contas a pagar		3.077	1.457	3.077	1.457
Total do circulante		109.706	140.518	109.877	140.679
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	56.667	43.382	56.667	43.382
Provisão para riscos	13	4.420	6.614	4.420	6.614
Obrigações tributárias	12	8.629	14.643	8.629	14.643
Outras contas a pagar		-	1.774	-	1.774
Total do não circulante		69.716	66.413	69.716	66.413
Patrimônio líquido					
Capital social	16	103.518	103.518	103.518	103.518
Reserva de capital		7.759	7.759	7.759	7.759
Reserva de lucros		121.577	97.577	121.577	97.577
Ajuste de avaliação patrimonial		2.742	3.856	2.742	3.856
Total do patrimônio líquido		235.596	212.710	235.596	212.710
Total do passivo e do patrimônio líquido		415.018	419.641	415.189	419.802

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 30 de junho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Explicativa</u>				
Receita líquida de venda de produtos e serviços	18	440.682	370.274	444.275	372.812
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(258.747)	(195.103)	(260.448)	(196.380)
Lucro bruto		<u>181.935</u>	<u>175.171</u>	<u>183.827</u>	<u>176.432</u>
Despesas com vendas	19	(131.040)	(122.540)	(131.785)	(123.845)
Despesas gerais e administrativas	19	(17.512)	(17.175)	(18.773)	(18.334)
Outras despesas operacionais, líquidas		(9.848)	(5.476)	(9.848)	(5.476)
Resultado de equivalência patrimonial	7	643	(3.439)	757	(2.236)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		<u>24.178</u>	<u>26.541</u>	<u>24.178</u>	<u>26.541</u>
Resultado financeiro líquido	20	(6.353)	(2.090)	(6.353)	(2.090)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>17.825</u>	<u>24.451</u>	<u>17.825</u>	<u>24.451</u>
Imposto de renda e da contribuição social	14	5.161	1.853	5.161	1.853
Lucro líquido do exercício		<u>22.986</u>	<u>26.304</u>	<u>22.986</u>	<u>26.304</u>
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	17	<u>0,7447</u>	<u>0,8522</u>	<u>0,7447</u>	<u>0,8522</u>
Quantidade média ponderada de ações		<u>30.865.683</u>	<u>30.865.683</u>	<u>30.865.683</u>	<u>30.865.683</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 30 de junho Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	22.986	26.304	22.986	26.304
Outros resultados abrangentes	(100)	360	(100)	360
Resultado abrangente total do exercício	<u>22.886</u>	<u>26.664</u>	<u>22.886</u>	<u>26.664</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Custo atribuído e efeitos fiscais	Ajustes acumulados de conversão		
Saldos em 30 de junho de 2019		103.518	7.759	3.466	66.791	4.457	55		186.046
Resultado do exercício								26.304	26.304
Ajuste de tradução de moedas de investimentos							360		360
Amortização do custo atribuído						(1.538)		1.538	
Amortização do IR e CS diferidos - custo atribuído						522		(522)	
Destinação do lucro do exercício:									
Reserva legal	16			1.366				(1.366)	
Reserva de incentivos fiscais	16				25.954			(25.954)	
Saldos em 30 de junho de 2020		103.518	7.759	4.832	92.745	3.441	415	(0)	212.710
Resultado do exercício								22.986	22.986
Ajuste de tradução de moedas de investimentos							(100)		(100)
Amortização do custo atribuído						(1.537)		1.537	
Amortização do IR e CS diferidos - custo atribuído						523		(523)	
Destinação do lucro do exercício:									
Reserva legal	16			1.200				(1.200)	
Reserva de incentivos fiscais	16				22.800			(22.800)	
Saldos em 30 de junho de 2021		103.518	7.759	6.032	115.545	2.427	315	-	235.596

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 30 de junho Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		22.986	26.304	22.986	26.304
Ajustes:					
Depreciação e amortização	8 e 9	13.019	11.027	13.077	11.116
Variação cambial	11	3.272	21.545	3.272	21.545
Encargos financeiros	11	5.040	4.932	5.040	4.932
Ajuste de conversão acumulado	7		(5)	(100)	360
Resultado de equivalência patrimonial	7	(643)	3.439	(757)	2.236
Impairment do ágio fundamentado na lucratividade futura	7		1.531		1.531
Provisão para riscos	13	(2.194)	944	(2.194)	944
Rendas de investimento reconhecidas no resultado	20	(379)	(1.428)	(379)	(1.428)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(1.183)	889	(1.183)	889
Provisão - acordos comerciais e descontos no faturamento	5	35	(2.095)	35	(2.095)
Provisão para obsolescência de estoques					(78)
Perda (ganho) com instrumento financeiro derivativo	20	(1.669)	(21.827)	(1.669)	(21.827)
Baixa de imobilizado e intangível	8 e 9	646	676	646	676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(5.664)	(1.140)	(5.664)	(1.140)
		<u>33.266</u>	<u>44.797</u>	<u>33.110</u>	<u>44.043</u>
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(12.844)	(7.339)	(13.372)	(6.974)
Estoques		(17.168)	(3.493)	(16.564)	(3.673)
Impostos a recuperar		(5.343)	(3.014)	(5.343)	(3.014)
Depósitos judiciais		(11.775)	(9.771)	(11.775)	(9.771)
Outros ativos		(35)	1.422	13	1.406
Fornecedores		10.859	(3.983)	10.884	(4.069)
Obrigações tributárias e sociais		(6.494)	784	(6.529)	782
Outros passivos		(153)		(153)	
Caixa gerado pelas operações		<u>(9.687)</u>	<u>19.403</u>	<u>(9.729)</u>	<u>18.730</u>
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(5.433)	(4.037)	(5.433)	(4.037)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(567)		(567)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(15.687)</u>	<u>15.366</u>	<u>(15.729)</u>	<u>14.693</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Resgates (aplicações) em título e valores mobiliários	4 (b)	48.851	(28.412)	48.851	(28.412)
Aquisição de ativo intangível	9	(261)	(399)	(261)	(399)
Aquisição de ativo imobilizado	8	(10.691)	(21.311)	(10.691)	(21.399)
Aumento de capital em investidas	7	(3.260)	(207)	(3.260)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>34.639</u>	<u>(50.329)</u>	<u>34.639</u>	<u>(50.210)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	11	116.000	55.219	116.000	55.219
Liquidação de operações com derivativos		22.756	1.962	22.756	1.962
Amortização de principal - empréstimos e financiamentos	11	(147.659)	(38.374)	(147.659)	(38.374)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		<u>(8.903)</u>	<u>18.807</u>	<u>(8.903)</u>	<u>18.807</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>10.049</u>	<u>(16.156)</u>	<u>10.006</u>	<u>(16.710)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.097	17.253	1.424	18.134
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>11.146</u>	<u>1.097</u>	<u>11.430</u>	<u>1.424</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>10.049</u>	<u>(16.156)</u>	<u>10.006</u>	<u>(16.710)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Forno de Minas Alimentos S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Forno de Minas") é uma sociedade anônima de capital fechado.

A Companhia, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a fabricação e comercialização de derivados de leite; participação e/ou investimentos em outras companhias no país e/ou no exterior, na qualidade de sócia ou acionista; locação de imóveis e construções; prestação de serviços de armazenagem; serviços de representação comercial; serviços de transporte rodoviário de carga própria e para terceiros, utilizando na logística e frota de sua propriedade ou terceirizada; fabricação de massas alimentícias; comércio atacadista de laticínios; comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral.

A sede da Companhia está localizada na cidade de Conceição do Pará, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Condessa, s/nº, Zona Rural, CEP 35.668-000 e possui filiais em diversos estados do Brasil.

Em 2019 a Companhia alterou seu exercício social, que iniciará todo 1º de julho e encerrará em 30 de junho de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, com observância de prescrições legais.

1.1 Impactos do Coronavírus (Covid-19)

A epidemia do novo Coronavírus (Covid-19) iniciou em Wuhan, China, e foi relatada pela primeira vez pelas autoridades nacionais à Organização Mundial da Saúde em 30 de dezembro de 2019. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde atribuiu o status de pandemia ao afastamento mundial causada pela Covid-19.

No mesmo período e com base em todos os acontecimentos mencionados, o Grupo emitiu diretrizes, que até a emissão dessas demonstrações financeiras continuam em vigor, que visam garantir o cumprimento das medidas adotadas no nível local e adotou inúmeras ações para e procedimentos para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, como por exemplo:

- Instalação do Comitê de Crise;
- Início das atividades com trabalho remoto (home office) para toda a equipe administrativa, com a compra de notebooks e incremento do acesso a sistemas de VPN, mantendo as operações em andamento;
- Suspensão de viagens;
- Suspensão de visitas às fábricas;
- Suspensão de reuniões e treinamentos presenciais;
- Envio diário de comunicados com orientações para os colaboradores;
- Afastamento, monitoramento e testagem de colaboradores com sintomas;
- Regime de home-office para os colaboradores do grupo de risco;
- Instalação de recipientes com álcool em gel nos pontos críticos das fábricas;
- Disponibilização de luva descartável no refeitório das fábricas para manuseio de utensílios de uso coletivo;
- Reorganização dos refeitórios das fábricas para manter o distanciamento com instalação de divisórias nas mesas;

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Disponibilização de copos descartáveis dentro da fábrica para readequar o uso dos bebedouros;
- Disponibilização de álcool em gel para os colaboradores da área de vendas e das fábricas que utilizam o transporte público;
- Desativação do roteiro do GIV para promotores e assistentes de campo para que cada um possa selecionar os clientes a serem visitados, de acordo com o menor risco;
- Aferição da temperatura dos colaboradores na entrada das fábricas;
- Disponibilização de máscaras de tecido para todos os colaboradores; e,
- Suspensão de contrato e redução de jornada para adequação da despesa.

A Administração do grupo monitorou os impactos financeiros decorrentes da COVID-19, com o lockdown a linha de foodservice (lanchonetes e cafeterias) diminuiu consideravelmente sua participação no faturamento, porém realizou diversas campanhas comerciais voltadas para linha de varejo (redes de supermercado) que compensou grande parte dessa perda de mercado, na análise do volume de receita líquida em 2020 comparado a 2021, ocorreu um aumento de 16%, porém os custos não comportaram da mesma forma aumentando cerca de 25%, comprometendo a margem bruta que aumentou apenas 4% em 2021, o referido impacto na margem bruta se deu basicamente devido ao aumento do preço das commodities utilizadas como insumos na produção. Conforme demonstrado em Nota 6 os estoques apresentaram um aumento considerável, concentrados basicamente nos saldos de matéria-prima que em 2021 totalizaram 44 milhões, enquanto 2020 somou 33 milhões.

A Administração do Grupo também vem monitorando a carteira de recebíveis, principalmente em relação a eventuais atrasos, aumento da inadimplência e alongamento dos prazos de recebimento. Até o encerramento do exercício findo em 30 de junho de 2021, não foram identificados impactos significativos decorrentes da COVID-19 nesses recebíveis. Os saldos de clientes totalizaram aproximados 74 milhões em 2021, enquanto em 2020 somou 60 milhões, um aumento de 18% em linha com o volume de receita, consequência disso o prazo médio de recebimento não apresenta grandes variações, visto que em 2021 girou em torno de 61 dias e em 2020 girava em torno de 59 dias.

A análise de vencimentos das contas a receber, bem como a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão demonstradas na Nota 5 onde não são observados aumentos consideráveis nas perdas esperadas destes saldos.

Em relação a ativos não financeiros, a Administração do Grupo não identificou indicadores de *impairment*.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em razão dessa alteração.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas e em coligadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas Controladas a seguir relacionadas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Controladas diretas		
Forno de Minas USA Inc.	100%	98%

(c) Perda de controle em Controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Investimentos em Coligadas

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 2014, a Companhia adquiriu 30% da Serya Alimentos S.A. ("Serya") e, desde então, a Companhia foi adquirindo novas ações, perfazendo um total de 30,73% da Serya em 30 de junho de 2021. A Serya é sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a industrialização, a importação, a exportação e o comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios em geral, e está localizada na cidade de Araxá, na Rua Agrihouse, nº 455, Bairro Santa Rita, CEP: 38183-970, Minas Gerais - Brasil.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a sua moeda de apresentação.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais no valor contábil dos Investimentos no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e venda de produtos no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.6 Ativos Financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- . Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o Grupo considera essa classificação como sendo mais relevante.
- . Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá do Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.6.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.6.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em "Resultado financeiro, líquido" juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em "Resultado financeiro, líquido". As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em "Resultado financeiro, líquido" e as despesas de impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos "Resultado financeiro, líquido", no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

O Grupo subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração do Grupo escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em "Resultado financeiro, líquido" na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

2.6.4 Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.6.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.8 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais mantidos em garantias para processos cíveis, trabalhistas e fiscais são registrados pelo seu valor de custo. Nos casos de desfechos desfavoráveis nos processos relacionados, os depósitos são revertidos a terceiros e contabilmente compensados com as provisões passivas correspondentes. Nos casos de desfechos favoráveis o Grupo, os depósitos são resgatados e convertidos em caixa.

2.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Junho de 2021
Edificações e instalações	25 anos
Máquinas e equipamentos	14 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos

2.10 Intangível

(a) Marca

Em junho de 2009, a empresa Leitaria Condessa Ltda. adquiriu da General Mills os negócios da Forno de Minas e como resultado desta aquisição foi registrada a marca no montante de R\$11.354. Após essa aquisição a Leitaria Condessa Ltda. mudou sua razão social e passou a utilizar o nome Forno de Minas Alimentos S.A..

(b) Direito de uso de software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável e os ativos não financeiros não sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* no mínimo uma vez a cada ano.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixas identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")).

2.12 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-la é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para Contingências

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos do Grupo nos processos judiciais pendentes na data do balanço.

2.15 Capital social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições estabelecidas no IAS 20/CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

O Grupo goza de subvenção governamental fiscal concedida pelo Governo de Minas Gerais em 11 de março de 2010, objetivando o desenvolvimento do Grupo. A referida subvenção fiscal referente ao ICMS foi registrada através de um regime especial. Ao final de cada exercício social, o valor da subvenção fiscal será excluído da base de cálculo do imposto de renda em conformidade com a legislação aplicável.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos e serviços

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, conforme o prazo decorrido, ou seja, pelo regime de competência.

2.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.19 Normas, alterações e interpretações de normas

2.19.1 Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de julho de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros"
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos"

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

2.19.2 Normas que ainda não estão em vigor

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras do Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para perdas em crédito com liquidação duvidosa ("PCLD")

O Grupo considera na mensuração da PECLD, as perdas de créditos esperadas. Adicionalmente, o Grupo avalia continuamente sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de "*impairment*" sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, o Grupo avalia se o cliente inadimplente deu garantias reais e se as mesmas são suficientes para cobrir a exposição líquida do Grupo. Caso as garantias reais não sejam suficientes, o Grupo reconhece a provisão para créditos com liquidação duvidosa, classificada como "despesa com vendas".

(b) *Impairment* do Ágio e de Marca

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no Ágio e de Marca, de acordo com as políticas contábeis apresentadas. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. O Ágio e a Marca são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional.

(c) Vida útil do Imobilizado

Os ativos imobilizados são depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

(d) Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

O Grupo está sujeito ao imposto de renda e contribuição social. Em algumas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos.

Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(e) Provisão para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Caixa	24	37	55	72
Bancos	1.666	1.060	1.919	1.352
Aplicações financeiras	9.456		9.456	
	<u>11.146</u>	<u>1.097</u>	<u>11.430</u>	<u>1.424</u>

Caixa e equivalentes de caixa são disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez, com prazo de resgate de até 90 dias da data de sua aplicação.

(b) Títulos e valores mobiliários

A Companhia mantinha registrado em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), fundos de renda fixa e saldos atrelados em CDI, remunerado a um percentual 92,5% a 100% da variação da taxa DI. Os mesmos estavam vinculados a empréstimos e financiamentos e sua utilização estava restrita até a liquidação. Os saldos desses empréstimos e financiamentos foram liquidados e não há restrições para os recursos do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Circulante	-	30.331	-	30.331
Não circulante	-	18.397	-	18.397
	<u>-</u>	<u>48.728</u>	<u>-</u>	<u>48.728</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes é apresentada conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Mercado interno	70.861	55.504	70.861	55.504
Mercado externo	7.345	10.348	6.712	9.192
Provisão acordos comerciais	(6)	(10)	(6)	(10)
Provisão desconto faturamento	(3.371)	(3.333)	(3.372)	(3.333)
PCLD	(700)	(1.883)	(700)	(1.883)
Circulante				
	<u>74.129</u>	<u>60.626</u>	<u>73.496</u>	<u>59.470</u>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
A vencer	74.127	59.511	73.455	58.653
Vencidos:				
Até 30 dias	2.857	2.265	2.857	1.948
31 a 90 dias	304	2.541	340	2.545
91 a 180 dias	387	828	388	841
180 a 240 dias	55	276	56	276
Acima de 240 dias	476	431	476	433
	<u>78.206</u>	<u>65.852</u>	<u>77.573</u>	<u>64.696</u>

Conforme a política contábil de IFRS 9 do Grupo, estabelece como prática seu modelo de negócios com objetivo de manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais por meio do recebimento de pagamentos contratuais ao longo da vida do instrumento, não tendo interesse nenhum em negociar esses ativos e adotando assim a abordagem simplificada. Para fins de PCLD, o Grupo adota provisão de 50% dos saldos vencidos entre 60 e 89 dias considera e 100% para saldos em aberto acima de 89 dias.

Abaixo, encontra-se disposta a movimentação da PCLD referente ao exercício findo em 30 de junho de 2021:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	(1.883)
Adições	(582)
Reversões	1.343
Perdas em PCLD	422
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>(700)</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Estoques

A composição de estoques é apresentada conforme a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Produtos acabados	10.995	8.985	10.995	8.985
Matéria-prima e materiais de consumo	44.584	33.319	44.584	33.319
Almoxarifado	7.003	6.575	7.003	6.575
Material revenda	3.988	1.555	4.411	2.551
Material em trânsito	488	349	488	349
Estoques em poder de terceiros	1.018	125	1.018	125
	<u>68.076</u>	<u>50.908</u>	<u>68.499</u>	<u>51.904</u>

7 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<u>Coligada</u>				
Sérya Alimentos S/A	4.362	345	4.362	345
<u>Controlada</u>				
Forno de Minas USA Inc.	63	278		
	<u>4.425</u>	<u>623</u>	<u>4.362</u>	<u>345</u>

Sérya Alimentos S.A.

O valor do investimento em 30 de junho de 2021 e 2020 está demonstrado da seguinte forma:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Patrimônio líquido da investida	14.196	1.122
Percentual de participação (%)	<u>30,73%</u>	<u>30,73%</u>
Saldo do investimento	<u>4.362</u>	<u>345</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais informações sobre essa coligada estão apresentadas abaixo em valores integrais, alinhando-se as práticas contábeis da Serya às da Forno de Minas:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Ativo circulante	8.673	4.163
Ativo não circulante	<u>10.895</u>	<u>12.236</u>
Total ativo	<u>19.568</u>	<u>16.399</u>
Passivo circulante	3.474	8.129
Passivo não circulante	<u>1.898</u>	<u>7.148</u>
Total passivo	<u>5.372</u>	<u>15.277</u>
Patrimônio líquido	14.196	1.122
Prejuízo do exercício	2.464	(7.280)

Forno de Minas USA Inc.

O valor do investimento em 30 de junho de 2021 e 2020 está demonstrado da seguinte forma:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Patrimônio líquido da investida	63	278
Percentual de participação (%)	<u>100%</u>	<u>98%</u>
Saldo do investimento	<u>63</u>	<u>278</u>

As principais informações sobre essa coligada estão apresentadas abaixo em valores integrais, alinhando-se as práticas contábeis da Forno de Minas USA Inc. às da Forno de Minas:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Ativo	1.082	1.824
Passivo	1.019	1.546
Patrimônio líquido	63	278
Prejuízo do exercício	(208)	(999)

Abaixo demonstramos o resumo dos investimentos do Grupo:

	<u>Forno de Minas USA</u>	<u>SERYA S.A.</u>
Saldo do investimento em 30/06/2020	278	345
Aumento de capital		3.260
Ajustes acumulados de conversão	(100)	
Aplicação do método da equivalência patrimonial	<u>(115)</u>	<u>757</u>
Saldo do investimento em 30/06/2021	<u>63</u>	<u>4.362</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é apresentada a seguir:

	Controladora										
	Edificações	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias imóveis terceiros	Equipamentos de informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Direito de Uso	Terrenos	Total imobilizado
Saldo em 30/06/2020	37.474	26.060	2.822	94.008	350	3.476	194	7.630	993	9.098	182.105
Adições	87	22	47	1.519	-	503	-	8.513	-	-	10.691
Baixas	(87)	(22)	-	(397)	-	0	(17)	(328)	-	-	(851)
Transferências	384	1.699	49	5.198	-	0	-	7.330	-	-	-
Saldo em 30/06/2021	37.858	27.759	2.918	100.328	350	3.979	177	8.485	993	9.098	191.945
Depreciação	-	0	-	0	-	1	4	1	-	0	-
Saldo em 30/06/2020	(6.499)	7.878	(1.709)	(47.685)	(193)	(2.535)	(190)	-	(204)	-	(66.893)
Depreciação do exercício	(1.295)	(2.453)	(214)	(8.065)	(48)	(356)	-	0	(306)	-	(12.737)
Baixas	-	-	0	188	-	0	17	-	-	-	205
Saldo em 30/06/2021	(7.794)	(10.331)	(1.923)	(55.562)	(241)	(2.891)	(174)	-	(510)	-	(79.426)
Valor contábil											
Em 30/06/2020	30.975	18.182	1.113	46.323	157	941	4	7.630	789	9.098	115.212
Em 30/06/2021	30.064	17.427	995	44.766	109	1.088	4	8.485	483	9.098	112.519

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado										
	<u>Edificações</u>	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Benfeitorias imóveis terceiros</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Veículos</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Direito de Uso</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Total imobilizado</u>
Saldo em 30/06/2020	37.474	26.060	2.866	94.030	350	3.486	408	7.630	993	9.098	182.395
Adições	87	22	48	1.519	-	503	-	8.514	-	-	10.691
Baixas	(87)	(22)	(7)	(397)	-	(2)	(45)	(328)	(3)	-	(890)
Transferências	384	1.699	50	5.198	-	0	-	7.330	-	-	0
Saldo em 30/06/2021	37.858	27.759	2.956	100.350	350	3.987	363	8.485	990	9.098	192.196
Depreciação											
Saldo em 30/06/2020	(6.499)	(7.878)	(1.766)	(47.647)	(193)	(2.541)	(322)		(204)		(67.050)
Depreciação do exercício	(1.295)	(2.453)	(218)	(8.065)	(48)	(357)	(19)	-	(308)	-	(12.763)
Baixas	-	-	-	188	-	0	17	-	-	-	205
Saldo em 30/06/2021	-7.794	-10.331	-1.984	-55.524	-241	-2.898	-324	-	-512	-	-79.608
Valor contábil											
Em 30/06/2020	30.975	18.182	1.100	46.383	157	945	86	7.630	789	9.098	115.345
Em 30/06/2021	30.064	17.428	972	44.826	109	1.089	39	8.485	477	9.098	112.587

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Custo atribuído

Em 1º de janeiro de 2009, o Grupo optou pela aplicação do CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica ICPC 10 - Esclarecimentos sobre CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento, de forma a atribuir ao custo do ativo imobilizado o *deemed cost*. A aplicação foi realizada para o grupo de instalações e máquinas e equipamentos.

O efeito do custo atribuído em 30 de junho de 2021 é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	Custo atribuído	Imposto diferido	Total
Saldo em 30/06/2020	5.219	(1.778)	3.441
Realização	(1.537)	523	(1.014)
Saldo em 30/06/2021	<u>3.682</u>	<u>(1.255)</u>	<u>2.427</u>

(b) Garantias

O Grupo efetuou financiamentos de ativos imobilizados, cuja garantia é a alienação Fiduciária desses até que seja efetuada a quitação plena dos referidos financiamentos. Esses ativos representam o montante de R\$ 625 em 30 de junho de 2021.

(c) Imobilizado em andamento

As adições em obras em andamento são representadas, substancialmente, por projetos de expansão e otimização da unidade industrial.

(d) Bens em comodato

Em 30 de junho de 2021 no valor de máquinas e equipamentos está contemplado o valor de R\$8.524, correspondente a bens cedidos em comodato, que estão 100% provisionados.

(e) Custo dos empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$481 (R\$370 - 30 de junho de 2021). A taxa média ponderada utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 7,57% a.a..

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

A movimentação do intangível é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Direito de Uso de Softwares	Marcas e patentes	Total intangível
Saldo em 30/06/2020	3.233	11.354	14.587
Adições	261	-	261
Baixas			
Saldo em 30/06/2021	3.494	11.354	14.848
Amortização			
Saldo em 30/06/2020	(2.407)	-	(2.407)
Adições	(282)	-	(282)
Saldo em 30/06/2021	(2.689)	-	(2.689)
Valor líquido			
Em 30/06/2020	826	11.354	12.180
Em 30/06/2021	805	11.354	12.159

10 Fornecedores

A composição de fornecedores é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Mercado interno	38.814	27.515	38.814	27.515
Mercado externo	240	412	346	543
	39.055	27.927	39.161	28.058

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

			Controladora e Consolidado			
					30/06/2021	30/06/2020
	Vencimento Final	Encargo financeiro anual	Circulante	Não circulante	Total	Total
EM REAIS						
Capital de Giro	31/05/2021	CDI +1,8198%	-	-	-	12.840
Finame	31/01/2025	De 2,5% a 6,5%	401	225	626	3.230
FGPP	07/06/2019	8,50%	26.562	-	26.562	26.402
4131	21/10/2022	CDI + 1,63%	10.075	-	10.075	10.116
NCE	10/03/2026	CDI+2,25%	3.763	56.442	60.205	3.495
Total			<u>40.801</u>	<u>56.667</u>	<u>97.468</u>	<u>56.083</u>
EM DÓLARES						
PPE	13/01/2020	7,24%	-	-	-	-
4131	14/06/2022	De 4,35% a 7,24%	-	-	-	18.574
CCE	01/08/2022	Libor + 1,6% aa	-	-	-	21.786
NCE	27/11/2020	2,65%	-	-	-	5.514
Total			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.874</u>
EM EURO						
4131	12/04/2022	CDI+2%aa	-	-	-	25.306
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.306</u>
Total			<u>40.801</u>	<u>56.667</u>	<u>97.468</u>	<u>127.263</u>
Circulante					40.801	83.881
Não circulante					56.667	43.382
					<u>97.468</u>	<u>127.263</u>

Os empréstimos classificados no passivo não circulante vencem como segue:

2022	15.276
2023	15.051
2024	15.051
Acima de 2025	<u>11.289</u>
	<u>56.667</u>

A movimentação de saldo apresentada conforme a seguir:

Saldo em 30 de junho de 2020	<u>127.263</u>
Captações	116.000
Pagamento de principal	(147.659)
Juros	5.040
Pagamento de juros	(5.433)
Varição cambial	<u>2.257</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>97.468</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação às cláusulas restritivas (*covenants*), para o contrato de NCE com o Banco Bradesco, a Forno de Minas S.A. deve monitorar e calcular os índices financeiros, a serem medidos com base no balanço patrimonial divulgado ao fim do seu exercício social. Os índices que deverão ser atingidos são os que seguem:

- (a) Dívida Líquida / EBITDA = < 3,0 x (a razão entre Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser sempre igual ou inferior a três inteiros).

O Grupo, em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, monitorou e calculou os índices garantindo o cumprimento de todas as exigências relacionadas aos *covenants*.

12 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
PRT - Programa Regularização Tributária (a)	14.405	20.330	14.405	20.330
ICMS a pagar	4.062	2.837	4.062	2.837
Outros	605	94	670	124
	<u>19.072</u>	<u>23.261</u>	<u>19.137</u>	<u>23.291</u>
Circulante	10.443	8.618	10.508	8.648
Não circulante	8.629	14.643	8.629	14.643
	<u>19.072</u>	<u>23.261</u>	<u>19.137</u>	<u>23.291</u>

- (a) Refere-se ao parcelamento (PRT - Programa de Regularização Tributária) de débitos federais que o Grupo aderiu em 17 de março de 2017 objetivando o parcelamento dos débitos apurados após realizar as retificações das DCTF em virtude desta reapuração do PIS e da COFINS referentes aos períodos de apuração 2012, 2013, 2014 e janeiro a novembro de 2015 (Nota 13).

Apresentamos a seguir os efeitos da adesão do PRT sobre as demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>20.330</u>
Atualização Selic	(837)
Pagamentos realizados	<u>(5.088)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>14.405</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Provisão para riscos

O Grupo está envolvida em determinados assuntos legais oriundos de suas atividades, que incluem processos tributários, cíveis e trabalhistas.

O Grupo classifica o risco de perda nos processos legais como remotos, possíveis ou prováveis. A provisão efetuada para riscos tributários, cíveis e trabalhistas em relação a tais processos é determinada com base na análise de seus assessores jurídicos e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. A movimentação da provisão para riscos pode ser assim resumida:

	Controladora e Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 30 de junho de 2020	218	5.668	728	6.614
Adições	3	765	-	768
Baixas	(221)	(2.013)	(728)	(2.962)
Em 30 de junho de 2021	-	4.420	-	4.420

As discussões judiciais da cia apresentam o seguinte status abaixo:

Processos com expectativa de perda provável

As provisões são relativas principalmente aos seguintes assuntos:

Cíveis

Referem-se principalmente a questionamentos relacionados a supostos vícios de qualidade e de informação, dentre os quais o não atendimento da legislação vigente quanto à cor, textura e aspecto de determinado produto que não é mais produzido pelo Grupo.

Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente sobre diferenças no pagamento de verbas rescisórias, desvio de função e indenizações por danos morais e/ou materiais em razão de doença ocupacional. Já os procedimentos administrativos versam, principalmente, sobre descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego no que diz respeito à medicina e segurança no ambiente de trabalho. O Grupo efetua depósitos judiciais que em 30 de junho de 2021 são de R\$ 185 (R\$271 - 30 de junho de 2020).

Além das reclamações trabalhistas, o Grupo possui provisionado em 30 de junho de 2021 o montante aproximado de R\$3.647 (R\$4.973 - 30 de junho de 2020) referente à obrigação presente e não reclamada, decorrente da contratação de profissionais, em períodos passados, através de pessoa jurídica, sem o recolhimento dos encargos trabalhistas que seriam devidos em uma eventual discussão judicial.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributárias

O saldo de junho de 2020 no valor de R\$728 refere-se a provisão de denúncia espontânea realizada junto ao Estado de Minas Gerais em função do produto cookie não estar no Regime Especial do Grupo. A baixa da provisão ocorreu em agosto de 2020 em virtude do pagamento, desta forma o processo encontra-se encerrado.

Processos com expectativa de perda possível

Os valores com prognóstico de perda possível, correspondentes às ações administrativas e judiciais, de natureza cíveis e trabalhistas, não provisionados em 30 de junho de 2021, somam R\$2.560 (R\$913 - 30 de junho de 2020). Adicionalmente, as ações administrativas e judiciais de natureza tributária classificadas como possíveis estão detalhadas abaixo:

(i) O Grupo, desde a sua fundação, classifica o pão de queijo na posição 1902.11.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul ("NCM"), que compreende "Massas alimentícias não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo" "que contenham ovos". Com a inclusão do inciso XVIII no artigo 1º da Lei nº 10.925/2004, a Forno de Minas passou a aplicar a alíquota zero de PIS/COFINS para as receitas de venda de pão de queijo. O Grupo considera que existem fundamentos técnicos para enquadrar o pão de queijo produzido pela Forno de Minas na posição 1902.11.00. Dessa forma, em 1º de outubro de 2014, o Grupo formulou consulta fiscal perante a Receita Federal do Brasil a respeito da classificação fiscal do pão de queijo que produz. Em 26 de outubro de 2015, a Receita Federal respondeu a consulta formulada pelo Grupo, discordando da classificação do pão de queijo na posição 1902.11.00 pretendida pelo Grupo e concluindo pela classificação na posição 1901.20.00. Em 12 de fevereiro de 2016, o Grupo propôs a Ação Ordinária nº 0009065-77.2016.4.01.3400, distribuída para a 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Distrito Federal, para discutir judicialmente a classificação fiscal do pão de queijo na NCM e seus reflexos tributários. A Administração do Grupo, suportada pelos seus assessores jurídicos, entende que as chances de perda da Forno de Minas em uma eventual discussão de mérito na esfera judicial de última instância, tanto da classificação do produto de acordo com a NCM quanto da incidência de impostos decorrentes desta classificação, são possíveis. Adicionalmente, o Grupo decidiu, sem prejuízo da discussão judicial quanto ao mérito desse assunto, e visando a um melhor gerenciamento dos riscos envolvidos em relação aos períodos de 2012, 2013, 2014 e janeiro a novembro de 2015, por aderir ao PRT (Programa de Regularização Tributária) em 17/03/2017 (Nota 12). Em relação ao período de dezembro de 2015 até o momento, cujo risco de perda é avaliado como possível, como antes mencionado, o Grupo efetua depósitos judiciais que em 30 de junho de 2021 são de R\$ 85.974 (R\$74.114 - 30 de junho de 2020).

(ii) Em setembro de 2019, o Grupo recebeu o Auto de Lançamento nº 0043835171 emitido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, fundamentado na alegação do Estado de que as operações de transferências do Grupo deveriam ser registradas pelo preço de custo e não em conformidade com o Regime Especial do Estado de Minas Gerais e consequente gozo de crédito presumido. O valor do crédito tributário cobrado é de R\$ 8.084. Em fevereiro de 2021, o Recurso Voluntário foi julgado como improcedente, mesmo sem analisar a inconstitucionalidade, uma vez que não compete ao julgamento administrativo, o processo encontra-se como arquivado. Aguardando posição da CONFAZ para definir se será proposta Ação Anulatória do Débito ou Mandado de Segurança.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos transitado em julgado

O Grupo impetrou Mandado de Segurança nº 2446-67.2013.4.01.3811 em 2 de maio de 2013, visando o reconhecimento da ilegitimidade da incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, uma vez que o tributo estadual não corresponde ao faturamento - ou mesmo receita bruta - da Companhia, razão pela qual não poderia incidir na base de cálculo das contribuições em comento. Em 8 de março de 2019, transitou em julgado a discussão acerca do tema se tornando definitiva, não cabendo outro recurso pela União.

Em relação ao período de julho de 2010 a dezembro de 2011, onde foi realizado o recolhimento através de DARF, o Grupo solicitou homologação do crédito junto à Receita Federal do Brasil e efetuou o registro contábil do crédito em 2020, no montante de R\$ 973. Em relação ao período de outubro de 2012 a novembro de 2015, o Grupo protocolou pedido de revisão do PRT, processo: 18183.747698/2021-28 e está aguardando a manifestação da Receita Federal do Brasil para efetuar o reconhecimento contábil. Quanto ao período de dezembro de 2015 a agosto de 2018, período que os recolhimentos ocorreram através de depósitos judiciais, o Grupo aguardará decisão judicial da ação que discute a NCM do pão de queijo.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Ativo fiscal diferido:		
Prejuízo fiscal	<u>32.826</u>	<u>32.455</u>
Total do ativo diferido fiscal	<u>32.826</u>	<u>32.455</u>
Passivo fiscal diferido:		
Imobilizado - Custo atribuído	(1.250)	(1.778)
Ativo intangível - marca		(1.329)
Exclusões temporárias, líquidas de adições temporárias	<u>(4.765)</u>	<u>(8.201)</u>
Total do passivo diferido fiscal	<u>(6.015)</u>	<u>(11.308)</u>
Imposto de renda e contribuição social ativos diferidos, líquidos	<u>26.811</u>	<u>21.147</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de renda e contribuição no resultado

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.825	24.451
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	(6.061)	(8.313)
Ajustes à despesa nominal:		
Subvenção fiscal (i)	5.874	4.610
Ajuste do lucro real pelas adições permanentes	(947)	(2.527)
Créditos tributários não constituídos	5.682	7.470
Benefício fiscal na incorporação de ágio	613	613
	<u>5.161</u>	<u>1.853</u>
Alíquota efetiva	<u>29%</u>	<u>8%</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(503)</u>	<u>713</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>5.664</u>	<u>1.140</u>
	<u>5.161</u>	<u>1.853</u>

Em 30 de junho de 2021, a base fiscal de crédito tributário sobre o prejuízo acumulado e base negativa de contribuição social é de R\$96.641. O Grupo registrou os impostos diferidos ativos no exercício de 2021, sobre os prejuízos acumulados, uma vez que foram projetados lucros tributáveis futuros.

(i) Subvenção fiscal

Em 11 de março de 2010, Leitaria Condessa Ltda. (cuja razão social foi posteriormente alterada para Forno de Minas Alimentos S.A.) celebrou com o Estado de Minas Gerais um Protocolo de Intenções, com o objetivo de viabilizar a expansão das atividades em Minas Gerais.

O Grupo assumiu o compromisso de (i) realizar investimento de R\$40.000, sendo R\$30.000 referentes à aquisição do complexo industrial, incluindo equipamentos e instalações para reativação e expansão e projetos e R\$10.000 para capital de giro; (ii) gerar determinada quantidade de empregos diretos e indiretos; (iii) gerar determinado volume de faturamento anual a partir do início da produção; (iv) promover treinamento e capacitação de mão de obra; (v) ampliar a oferta de novos produtos; e (vi) manter por um prazo mínimo de 10 anos a unidade industrial localizada no município de Contagem - MG em Minas Gerais. As condições para manutenção da subvenção para investimento foram atendidas. Nesse contexto, o Grupo obteve o Regime Especial de Tributação - RET PTA 16.000355268-62 com a concessão de crédito presumido do ICMS que implique o recolhimento efetivo de (i) 3% nas saídas de produtos industrializados de pão de queijo congelado, fécula de mandioca, salgados/tortas congeladas, pães fermentados e congelados, *waffle* e produtos de panificação produzidos a partir de massa "*PhylloPastrey*" e (ii) 2% nas saídas de produtos industrializados de massa fresca recheada e batatas. O Regime Especial de Tributação (RET) qualifica-se como subvenção para investimento e, portanto, o crédito presumido registrado como receita no resultado (i) não compõe a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, sendo, portanto excluído da apuração e (ii) não compõe a base de cálculo para a apuração do PIS/COFINS, conforme estabelecido pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo procede inicialmente a contabilização da despesa de ICMS na demonstração do resultado em contrapartida ao passivo no montante do ICMS que seria devido caso não houvesse o Regime Especial de Tributação (RET). Posteriormente, quando do registro da subvenção para investimento, o Grupo procede à contabilização do crédito de ICMS no resultado, na mesma linha do reconhecimento da despesa, em contrapartida de uma redução do passivo. Adicionalmente, o Grupo procede à contabilização da reserva de lucros referente à subvenção para investimento conforme estabelecido no artigo 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014.

Nesse sentido, em 30 de junho de 2021, o Grupo possui a seguinte composição dos montantes de subvenção para investimentos a serem transferidos para a reserva de lucros:

<u>Exercício</u>	<u>Subvenção para investimento registrada na demonstração do resultado</u>	<u>Subvenção para investimento transferida para reserva de lucros</u>	<u>Subvenção para investimento a ser transferida para reserva de lucros</u>
31/12/2010	515	515	
31/12/2011	5.064	5.064	
31/12/2012	7.628	7.628	
31/12/2013	10.472	10.472	
31/12/2014	13.358	13.358	
31/12/2015	15.501	15.501	
31/12/2016	21.138	21.138	
31/12/2017	26.411	26.411	
31/12/2018	26.215	15.458	10.757
30/06/2019	12.464		12.464
30/06/2020	27.989		27.989
30/06/2021	32.827		32.827
	<u>199.582</u>	<u>115.545</u>	<u>84.037</u>

15 Partes relacionadas

(a) Serya Alimentos S.A.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2021, o Grupo realizou compras de produtos para revenda de sua coligada, Serya Alimentos S.A., no montante total de R\$8.596 (R\$5.611 em 30 de junho de 2020). Durante o exercício findo em 30 de junho de 2021, o Grupo recebeu neste período não recebeu bonificação de sua coligada, Serya Alimentos S.A. (R\$126 em 30 de junho de 2020).

(b) Forno de Minas USA, Inc.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo possui registrado saldo de contas a receber no total de R\$ 848 (R\$1.384 em 30 de junho de 2020). O total de vendas que o Grupo efetuou para a Forno de Minas USA no exercício findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 2.121 (R\$2.486 em 30 de junho de 2020).

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) McCain do Brasil

Durante exercício findo em 30 de junho de 2021, o Grupo realizou operações com a McCain referente ao compartilhamento de promotores de vendas, no montante de R\$3.166 (R\$2.645 em 30 de junho de 2020).

(d) Operações com pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 30 de junho de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção do Grupo, totalizou R\$ 2.337 (R\$ 2.142 em 30 de junho de 2020) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2021, a acionista TPZ Participações S.A. detém a totalidade das ações do Grupo.

O capital social do Grupo é de R\$ 103.518, dividido em 30.865.683 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizado em 30 de junho de 2021.

(b) Reserva de capital

Ágio na emissão de ações: constituída quando do aumento de capital através da emissão de 4.965.239 (quatro milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e trinta e nove) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas em 25 de agosto de 2010 pela Mercatto A1 Participações S.A..

(c) Reserva de lucros

Reserva legal: constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais: refere-se à subvenção fiscal de ICMS. Vide Nota 14 (i) - Subvenção fiscal.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído: refere-se aos efeitos da aplicação do custo atribuído do ativo imobilizado.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Lucro por ação

Os cálculos de lucro por ação nos exercícios findos em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020 podem ser assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Lucro do exercício	22.986	26.304
Média ponderada das ações ordinárias	<u>30.865.683</u>	<u>30.865.683</u>
Lucro básico/diluído por ações ordinárias	<u>0,7447</u>	<u>0,8522</u>

Em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020, não há instrumentos que tenham efeito dilutivo no cálculo de lucro por ação.

18 Receita líquida de venda de produtos e serviços

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita de venda de produtos	514.343	433.860	517.936	436.398
Receita de revenda de produtos	9.371	9.380	9.371	9.380
Receita de serviços prestados	3.167	2.644	3.167	2.644
Deduções da receita bruta				
Impostos sobre vendas	(85.051)	(73.664)	(85.051)	(73.664)
Subvenção fiscal	32.827	27.989	32.827	27.989
Devoluções e abatimentos	(10.855)	(12.039)	(10.855)	(12.039)
Descontos	<u>(23.120)</u>	<u>(17.896)</u>	<u>(23.120)</u>	<u>(17.896)</u>
	<u>440.682</u>	<u>370.274</u>	<u>444.275</u>	<u>372.812</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas e materiais de consumo	(204.583)	(152.149)	(208.263)	(155.801)
Salários e encargos	(88.998)	(81.058)	(88.998)	(81.058)
Despesa com frete	(25.069)	(23.142)	(25.069)	(23.142)
Serviços de terceiros	(9.169)	(12.176)	(9.169)	(12.176)
Marketing	(8.751)	(5.374)	(8.751)	(5.374)
Depreciação e amortização	(13.019)	(11.027)	(13.047)	(11.116)
Energia elétrica	(8.724)	(6.744)	(8.724)	(6.744)
Viagens	(1.763)	(3.083)	(1.763)	(3.083)
Manutenção	(4.759)	(4.307)	(4.759)	(4.307)
Armazenagem	(5.789)	(6.790)	(5.789)	(6.790)
Perdas no processo	(1.774)	(1.469)	(1.774)	(1.469)
Arrendamentos e aluguéis	(2.543)	(3.785)	(2.543)	(3.785)
Outros	(32.358)	(23.714)	(32.357)	(23.714)
	<u>(407.299)</u>	<u>(334.818)</u>	<u>(411.006)</u>	<u>(338.559)</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(258.747)	(195.103)	(260.448)	(196.380)
Despesas com vendas	(131.040)	(122.540)	(131.785)	(123.845)
Despesas gerais e administrativas	(17.512)	(17.175)	(18.773)	(18.334)
	<u>(407.299)</u>	<u>(334.818)</u>	<u>(411.006)</u>	<u>(338.559)</u>

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Variações cambiais	9.582	12.271	9.582	12.271
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	28.604	31.264	28.604	31.264
Juros	163	225	163	225
Descontos obtidos	243	476	243	476
Rendimento aplicação financeira	379	1.428	379	1.428
Outras receitas financeiras	1.581	3.169	1.581	3.169
	<u>40.552</u>	<u>48.833</u>	<u>40.552</u>	<u>48.833</u>
Despesas financeiras				
Variações cambiais	(12.854)	(33.816)	(12.854)	(33.816)
Juros	(1.231)	2.669	(1.231)	2.669
Juros sobre empréstimos	(4.597)	(4.562)	(4.597)	(4.562)
Despesas bancárias	(80)	(85)	(80)	(85)
Encargos financeiros	(658)	(624)	(658)	(624)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(26.935)	(9.437)	(26.935)	(9.437)
IOF	(63)	(99)	(63)	(99)
Outras despesas financeiras	(487)	(4.969)	(487)	(4.969)
	<u>(46.905)</u>	<u>(50.923)</u>	<u>(46.905)</u>	<u>(50.923)</u>
Resultado líquido	<u>(6.353)</u>	<u>(2.090)</u>	<u>(6.353)</u>	<u>(2.090)</u>

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais que visam à obtenção de liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

Os instrumentos financeiros por categoria são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	11.146	1.097	11.430	1.424
Títulos e valores mobiliários		48.728		48.728
Contas a receber de clientes	74.129	60.626	73.496	59.470
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos, líquido		21.087		21.087
Total	<u>85.275</u>	<u>131.538</u>	<u>84.926</u>	<u>130.709</u>
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	39.055	27.927	39.161	28.058
Empréstimos e financiamentos	<u>97.468</u>	<u>127.263</u>	<u>97.468</u>	<u>127.263</u>
Total	<u>136.523</u>	<u>155.190</u>	<u>136.629</u>	<u>155.321</u>

O Grupo acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade, a qual está exposta a riscos de mercado, como, por exemplo, as variações nas taxas de câmbio e juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados do Grupo, advindas dessas flutuações.

Política de gestão de riscos financeiros

O Grupo pratica o gerenciamento de risco que orienta a realização das transações. A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos financeiros.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia da Administração ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Nesse sentido, as estratégias adotadas, principalmente no tocante a diluição do risco entre agentes financeiros, tem proporcionado um nível adequado de proteção.

Fatores de risco que podem afetar os negócios do Grupo

(i) Gestão do risco de capital

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido do Grupo.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A dívida do Grupo em relação ao patrimônio líquido é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Empréstimos e financiamentos	97.468	127.263	97.468	127.263
Programa de Regularização Tributária - PRT	14.405	20.330	14.405	20.330
(-) Caixa e equivalentes de caixa	11.146	1.097	11.430	1.424
(-) Títulos e valores mobiliários		48.728		48.728
(-) Instrumentos financeiros derivativos, líquido		21.087		21.087
Dívida líquida	100.727	76.681	100.443	76.354
Patrimônio líquido	235.596	212.710	235.596	212.710
Índice de endividamento líquido	43%	36%	43%	36%

(ii) Riscos de crédito

A política de vendas do Grupo se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procura minimizar as eventuais perdas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado através da atribuição de limites de crédito a clientes de acordo com sua capacidade de pagamento (através de análise de crédito) e através da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco).

Seguindo a política interna, o Grupo busca realizar operações financeiras apenas com instituições financeiras com baixo nível de risco avaliado por agências de *rating*, definindo uma série de instituições para operações com obtenção de empréstimos e financiamentos e aplicações de saldos de caixa.

(iii) Riscos de liquidez

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos do Grupo e os instrumentos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente ao item do balanço patrimonial a qual esse instrumento está atrelado até a data do vencimento estabelecido em contrato. Os instrumentos financeiros derivativos são incluídos na análise, considerando seus vencimentos contratuais, uma vez que são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa do Grupo. Os valores divulgados foram elaborados de acordo com os fluxos de caixa descontados com base na data mais próxima em que o Grupo deve liquidar as respectivas obrigações.

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	Saldo contábil 30/06/2021	Fluxo contratual	Vencimentos das obrigações			
			Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos
Fornecedores	39.055	39.055	33.941	5.072	42	
Empréstimos e financiamentos	97.468	97.468	32	64	40.702	56.670
Programa de Regularização Tributária - PRT	14.405	14.405	450	1.351	3.601	9.003
Total	150.928	150.928	34.423	6.487	44.345	65.673

	Consolidado					
	Saldo contábil 30/06/2021	Fluxo contratual	Vencimentos das obrigações			
			Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos
Fornecedores	39.161	39.161	34.047	5.072	42	
Empréstimos e financiamentos	97.468	97.468	32	64	40.702	56.670
Programa de Regularização Tributária - PRT	14.405	14.405	451	1.351	3.601	9.003
Total	151.034	151.034	34.530	6.487	44.345	65.673

(iv) Risco cambial

O risco de taxa de câmbio está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. O Grupo possui ativos e passivos atrelados a uma mesma moeda, de forma que é gerada uma espécie de *hedge* natural, atenuando os riscos expostos acima.

A exposição do Grupo e o risco de moeda estrangeira é a seguinte - base em valores nominais em Reais:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Contas a receber - USD	7.345	9.964	7.345	8.808
Contas a receber - Euro	-	384	-	384
Exposição ativa do balanço patrimonial	7.345	10.348	7.345	9.192
Empréstimos - USD	-	(45.874)	-	(45.874)
Empréstimos - Euro	-	(25.306)	-	(25.306)
Contas a pagar - USD	(241)	(412)	(241)	(543)
Exposição passiva do balanço patrimonial	(241)	(71.592)	(241)	(71.723)
Swap (nacional), líquido - USD	-	71.180	-	71.180
Exposição líquida	7.104	9.936	7.104	8.649

Forno de Minas Alimentos S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30/06/2020 a Forno de Minas mantinha instrumentos financeiros através de contrato de *swap* da taxa de câmbio, onde o Grupo concordava em trocar a diferença entre os valores de taxas de câmbio prefixadas e pós-fixadas calculados a partir do valor nominal acordado. Tais contratos permitiam o Grupo mitigar o risco de alteração nas taxas de câmbio sobre o saldo de empréstimos e financiamentos emitida originalmente em Dólares Norte-Americanos e Euros e na referida data-base apresentava a seguinte posição a seguir:

Contratos	Vencimento	Controladora e Consolidado						
		Posição ativa 30/06/2021	Posição passiva 30/06/2021	Valor nominal 30/06/2020	Posição ativa 30/06/2020	Posição passiva 30/06/2020	Valor justo derivativos	
							Ativo	Passivo
Itaú 109819040005000	12/04/2022	-	-	25.306	7.269	-	7.269	-
Citibank 74976896	14/06/2022	-	-	18.574	5.230	-	5.230	-
Citibank 71880445	27/11/2020	-	-	5.514	2.206	-	2.206	-
Citibank 82287901	01/08/2022	-	-	21.786	6.382	-	6.382	-
		-	-	71.180	21.087	-	21.087	-
						Circulante	7.519	-
						Não circulante	13.568	-

Com reestruturação das dívidas da cia, os saldos de empréstimos em moeda estrangeiras foram totalmente liquidados, com isso para 30/06/2021 a cia não possui contratos de instrumentos financeiros derivativos.

22 Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração do Grupo em 25 de novembro de 2021.

* * *

Helder Couto de Mendonça
Presidente

Márcia Elisa Antunes
Contadora
CRC/MG 063742/O-5